

POLÍTICA

CONSTITUINTE, A 1º DE FEVEREIRO.

A mensagem do presidente José Sarney, convocando a Assembléia Nacional Constituinte para novembro de 1986 será assinada nesta sexta-feira, no Palácio do Planalto, quando o presidente reunirá numa "grande festa" — segundo o ministro da Justiça, Fernando Lyra — todos os ministros de Estado, representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, o jurista Sobral Pinto e parlamentares remanescentes da Constituinte de 1946, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil.

A minuta da emenda distribuída ontem para as lideranças da Aliança Democrática — que deverão discuti-la e poderão modificá-la na reunião de hoje do Conselho Político do governo — é "simples e objetiva", segundo Lyra, com quatro artigos. O primeiro trata de data da instalação da Constituinte, 1º de fevereiro de 1987; o segundo "explicita" a soberania da Constituinte; o terceiro trata da eleição do presidente da Assembléia; e o quarto da duração, que será de um ano, "em tese".

Lyra disse que a Constituinte trabalhará também como Congresso ordinário, paralelamente, para que o Poder Executivo não tenha de legislar via decreto-lei. Em entre-

vista coletiva, após receber a minuta de Sarney, Lyra explicou que a emenda é simples porque o presidente preferiu deixar as principais decisões a cargo da Constituinte.

Segundo Lyra, a minuta não prevê o referendo popular e não resolve a situação dos senadores eleitos em 1982, cujo mandato termina em 1990. O assunto deverá ser resolvido pela própria Assembléia Constituinte. Ainda segundo Lyra, a minuta indica quem será o presidente da Constituinte, até a eleição do presidente definitivo, mas ele não quis revelar a fórmula encontrada, admitindo apenas que em tese poderia ser o constituinte mais idoso.

Segundo um dirigente do PMDB, porém, essa questão deverá ser resolvida na reunião de hoje do Conselho Político, havendo duas hipóteses possíveis: a de que o presidente da Constituinte seja o parlamentar mais idoso entre os eleitos a 15 de novembro de 86, ou, então, o presidente do Supremo Tribunal Federal.

O prazo previsto para o funcionamento da Constituinte é, em tese, de um ano, correspondente a uma sessão legislativa. A Constituinte, além disso, funcionaria como

Câmara unicameral e somente em 1988 voltaria o regime bicameral, isto é, Câmara e Senado.

A mesma fonte afirmou que o fato de a Constituinte ser "livre e soberana" poderá significar que teria poderes para reformular a Federação e a República. "É uma atribuição plausível, embora remota" — afirmou.

Segundo o secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Fernando César Mesquita, "o presidente Sarney considera que para a idéia da Assembléia Nacional Constituinte devem convergir todos os anseios da sociedade brasileira como um todo, de modo que nela se substancie um pacto celebrado entre o governo e todos os setores diretamente interessados na sedimentação dos valores institucionais até aqui conquistados".

Para a aprovação da emenda constitucional convocando a Constituinte são necessários dois terços dos votos do Congresso Nacional e sua discussão só ocorrerá a partir do segundo semestre do ano, após o recesso de julho próximo.

Senadores

Desde já, no entanto, os senadores elei-

tos em 1982 com mandato até janeiro de 1990 se movimentam na tentativa de pressionar para que sejam aceitos como constituintes sem terem sido eleitos, na prática, para tanto. O governo decidiu deixar a decisão para a Constituinte, em 1987, mas o grupo vai reunir-se amanhã para tentar uma posição comum ante a questão. A tendência é solicitar ao presidente Sarney uma definição do assunto na proposta a ser submetida ao Congresso, e com uma ameaça caso não aceite: a possibilidade de os 23 senadores eleitos em 82 forçarem a falta de quórum para aprovação da emenda, já que sem eles os dois terços necessários não seriam atingidos.

Entre os senadores do grupo estão o ministro Marco Maciel (licenciado); o presidente do PFL, Jorge Bornhausen; o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco; o 1º vice-presidente do Senado, Guilherme Palmeira; o líder do PFL, Carlos Chiarelli; Itamar Franco, Luiz Viana, Marcondes Gadelha, Roberto Campos e Severo Gomes, entre outros.

Afonso Arinos

Já o presidente da comissão que elabo-

rá um anteprojeto de Constituição como subsídio à Constituinte, Afonso Arinos de Melo Franco, disse ontem no Rio acreditar que haverá pressões do poder econômico no processo de elaboração da nova Carta, inclusive de origem externa. "Acredito na influência dos países ditatoriais do Leste europeu e dos países capitalistas do Ocidente" — disse ele, acrescentando que "podem influir através de medidas de pressão econômica".

Arinos garantiu, entretanto, que não se deixará influenciar, ressaltando que, "internamente, é preciso distinguir as pressões legítimas voltadas para o interesse nacional, daquelas praticadas por minorias".

O jurista confirmou também que ontem à tarde seu filho Francisco foi a Brasília levar a Sarney uma "lista alternativa" de nomes para composição da comissão da Constituinte. A lista deveria ser submetida ontem à noite a Sarney, mas Arinos negou-se a revelar os nomes e seu número: "Não sei quantos nomes comporão a comissão, porque certamente o presidente vai fazer cortes ou acrescentar alguma coisa", explicou.